



Polícia Penal - BA

Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização do
Estado da Bahia

LÍNGUA PORTUGUESA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	24

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	17

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	16

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	12

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	20

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	20

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	20

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITO PENAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	19

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	21

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	20

DIREITOS HUMANOS

EXERCÍCIOS	1
GABARITO	19

SUMÁRIO



1. FGV - 2024

A opção em que as duas palavras nela apresentadas recebem acento gráfico corretamente, é:

- (A) dócil / maquinária;
- (B) autóctone / rúbrica;
- (C) hífen / táctil;
- (D) barbária / têxtil;
- (E) éter / cíclope.

2. FGV - 2023

Texto 1

– Bia Haddad se cobra após vitória inédita: “Fiquei um pouco insatisfeita” (adaptado)

Paulista supera Jaqueline Cristian, carimba vaga na terceira rodada – seu melhor resultado no Grand Slam –, mas não fica satisfeita com o próprio desempenho em quadra

Por Redação do GE — Londres, Inglaterra

A vitória sobre Jaqueline Cristian, por 2 sets a 1, nesta quinta-feira, alçou Bia Haddad Maia a uma inédita terceira rodada em Wimbledon. A paulista, porém, não ficou satisfeita com a própria performance na quadra: ela admite que precisou ser conservadora para conquistar o resultado e promete melhorar na próxima fase.

— Estou na terceira rodada em Wimbledon pela primeira vez. Estou feliz pela minha luta, pela briga, mas fiquei um pouco insatisfeita com meu nível de tênis. Quero parabenizar minha adversária, que jogou em alto nível bastante tempo, foi mais competitiva durante todo o jogo. Estou feliz pela minha luta, consegui dar um jeito de ganhar não me sentindo bem. Fui resultadista, o que fez meu nível baixar bastante. Fui bastante conservadora. Tenho a oportunidade de melhorar meu tênis. Quero agradecer a todo mundo pelo apoio e pela torcida – declarou a jogadora, que anotou sua nona vitória de virada em 2023, via assessoria de imprensa.

Décima terceira colocada do ranking, Bia Haddad vai enfrentar a romena Sorana Cirstea – que ocupa o 37º lugar – na terceira rodada, em data a ser anunciada pela organização.

Disponível em: <https://ge.globo.com/tenis/noticia/2023/07/06/b-a-haddad-diz-que-foi-conservadora-mas-frisa-tenho-oportunidade-de-melhorar.ghtm>

“Fui resultadista, o que fez meu nível baixar bastante.” (Texto 1, 2º parágrafo)

Na passagem acima, vê-se o neologismo “resultadista”, no qual o sufixo “-ista” veicula um significado específico. Esse mesmo significado é expresso pelo sufixo “-ista” na seguinte palavra:

- (A) flautista;
- (B) nortista;
- (C) individualista;
- (D) ametista;
- (E) recepcionista.



Raciocínio Lógico Matemático

1. FGV - 2022

Em uma lista de 5 números, um deles é o 22. A média desses 5 números é 30.

Se o número 22 for retirado da lista, a média dos 4 números restantes será

- (A) 26.
- (B) 28.
- (C) 31.
- (D) 32.
- (E) 34.

2. FGV - 2022

A média harmônica de um conjunto de números diferentes de zero é o inverso da média dos inversos dos números dados.

Considere os números 2, 4 e 6. A média harmônica desses três números é

- (A) $\frac{12}{11}$
- (B) $\frac{24}{11}$
- (C) $\frac{36}{11}$
- (D) $\frac{48}{11}$
- (E) $\frac{54}{11}$

3. FGV - 2022

Os alunos de uma turma estavam se preparando para um concurso. Constatou-se que: a terça parte do total de alunos torce pelo Manaus FC, a quarta parte do total de alunos torce pelo Nacional-AM, e os 35 alunos restantes torcem por outros clubes ou não são ligados em futebol.

O número de alunos dessa turma que torcem pelo Manaus FC é

- (A) 21.
- (B) 25.
- (C) 26.
- (D) 28.
- (E) 35.



1. FGV - 2023

Considere as seguintes afirmativas a respeito das memórias volátil e permanente em notebooks de entrada.

I. Para notebooks de entrada, é comum encontrar configurações com entre 4TB e 16TB de memória RAM.

II. Há uma tendência de substituir discos rígidos por drives SSD nos modelos mais recentes.

III. A capacidade de processar um número maior de programas concomitantemente, e um melhor desempenho de um notebook, está relacionada à expansão da memória RAM instalada.

Está correto somente o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

2. FGV - 2022

Leia o fragmento a seguir.

“A gerência de _____ tem como objetivo fornecer a cada aplicação uma área de memória própria, independente e isolada das demais aplicações e inclusive do sistema operacional. Uma importante abstração construída pela gerência, com o auxílio do hardware, é a noção de _____ que desvincula os endereços de memória vistos por cada aplicação dos endereços acessados pelo _____ na memória RAM.”

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) memória – máquina virtual – periférico
- (B) processos – memória virtual – usuário
- (C) memória – memória virtual – processador
- (D) processador – endereçamento lógico – processo
- (E) processos – endereçamento lógico – dispositivo

3. FGV - 2022

Com relação a funcionalidade do BIOS de um computador, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e F para a falsa.

() Realiza o *Power-Off Self-Test* (POST) durante a finalização do sistema para verificar se processadores, memórias e controladora de vídeo funcionaram adequadamente.

() Quando a energia do gabinete é desligada, a bateria da placa-mãe fornece a energia necessária para o CMOS manter os valores de configuração do BIOS.

() Todos os modelos de placa-mãe possuem BIOS que detectam automaticamente as frequências de operação da CPU, barramentos e memória, de acordo com o modelo instalado.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,



1. FGV - 2017

José, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de assistente técnico-administrativo do Ministério Público da Bahia, foi aposentado por invalidez, no ano de 2016. Ocorre que, no ano de 2017, os motivos determinantes de sua aposentadoria foram declarados insubsistentes por junta médica oficial.

Dessa forma, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, a Administração Pública determinou o retorno de José ao trabalho, mediante:

- (A) o aproveitamento, no mesmo cargo ou em cargo de atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado;
- (B) a reversão, no mesmo cargo ou no cargo resultante da transformação, permanecendo o servidor em disponibilidade remunerada enquanto não houver vaga;
- (C) a reintegração, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em cargo resultante da transformação com atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado;
- (D) a recondução, sem direito à indenização, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em outro cargo dentro da mesma carreira com remuneração compatível com o anteriormente ocupado;
- (E) a readaptação, em cargo com novas atribuições, compatíveis com a limitação que o servidor tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, garantida a remuneração do cargo de que é titular.

2. FGV - 2015

Rafael, servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, foi demitido. Inconformado, ajuizou ação judicial e obteve a anulação de sua demissão, porque não foram observados o contraditório e a ampla defesa no curso do processo administrativo disciplinar. O retorno de Rafael ao cargo efetivo de origem, por força de decisão judicial transitada em julgado, é conhecido como:

- (A) aproveitamento;
- (B) reintegração;
- (C) recondução;
- (D) readaptação;
- (E) recolocação.

3. FGV - 2015

Antônio, servidor público efetivo estadual, sofreu um acidente automobilístico que lhe causou limitações em sua capacidade física, conforme comprovado por junta médica oficial. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, o cometimento ao servidor Antônio de novas atribuições, compatíveis com a citada limitação, garantida a remuneração do cargo de que é titular, é a:

- (A) reversão;
- (B) recondução;
- (C) aproveitamento;
- (D) reintegração;



Promoção da Igualdade Racial e de Gênero

1. FGV - 2024

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.

Assinale a opção que compreende fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (B) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (C) A garantia do desenvolvimento nacional.
- (D) A erradicação da pobreza.
- (E) A promoção do bem de todos.

2. FGV - 2024

Os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 delineiam a essência dos propósitos norteadores da nação.

Assinale a opção que compreende objetivo fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Promover a soberania.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Engajar o pluralismo político.
- (D) Assegurar a dignidade da pessoa humana.
- (E) Fomentar a cidadania.

3. FGV - 2024

Os princípios das relações internacionais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 refletem o compromisso do país com a cooperação pacífica, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a defesa da paz.

Com relação aos princípios das relações internacionais, analise os itens a seguir.

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

II. A República Federativa do Brasil orienta suas relações internacionais pelo princípio da redução das desigualdades regionais.

III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.



1. FGV - 2022

É corrente, em doutrina, a afirmação de que a Constituição da República de 1988, dentre outros atributos, é rígida, analítica e eclética.

Isso significa que a Constituição da República de 1988:

(A) pode ser alterada por um processo legislativo mais solene e dificultoso que o destinado às demais espécies normativas, estabelece concisamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, mediante normas materialmente constitucionais, além de ser elaborada à luz de uma ideologia determinada;

(B) pode ser alterada por um processo legislativo mais solene e dificultoso que o destinado às demais espécies normativas, estatui prolixamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, por intermédio de normas material e formalmente constitucionais, além de ser resultante do compromisso entre forças políticas diferentes e ideias muitas vezes contrastantes;

(C) possui uma parte modificável por processo solene de reforma constitucional e outra mudável por processo legislativo ordinário, além de estatuir prolixamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, por intermédio de normas material e formalmente constitucionais, e resultar do compromisso entre forças políticas diferentes e ideias muitas vezes contrastantes;

(D) pode ser alterada pelo processo legislativo ordinário, estatui prolixamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, por intermédio de normas material e formalmente constitucionais, além de ser resultante do compromisso entre forças políticas diferentes e ideias muitas vezes contrastantes;

(E) possui uma parte modificável por processo solene de reforma constitucional e outra mudável por processo legislativo ordinário, estabelece concisamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, mediante normas materialmente constitucionais, além de ser elaborada à luz de uma ideologia determinada.

2. FGV - 2022

Quanto à classificação das Constituições, consideram-se Constituições rígidas aquelas que:

(A) só podem ser modificadas mediante procedimentos mais complexos que o processo legislativo ordinário;

(B) só podem ser modificadas pelo Poder Constituinte originário, quando convocado;

(C) podem ser modificadas pelo processo legislativo ordinário;

(D) não podem ser modificadas, pois possuem pretensão de eternidade;

(E) possuem uma parte suscetível a modificações pelo processo legislativo ordinário e outra insuscetível de modificações.



1. FGV - 2022

Entre os princípios da administração pública aplicáveis aos Oficiais de Justiça está aquele acrescentado pela Emenda Constitucional nº 19/98, que consolida o movimento por uma Administração Pública menos sujeita aos efeitos colaterais da burocracia, inaugurando, assim, o que se convencionou denominar Administração Pública Gerencial. Tal princípio exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza e rendimento funcional, buscando a prestação do serviço com qualidade alta e baixo custo. Assim, o exercício da função administrativa pelo Estado deve ter como tripé: quantidade, qualidade e economicidade. Nesse contexto, foram introduzidos vários instrumentos no Direito Administrativo, como avaliação de desempenho, parcerias público-privadas, agências reguladoras etc.

O princípio da administração pública expresso descrito é o da

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) produtividade.
- (D) eficiência.
- (E) publicidade.

2. FGV - 2024

Zoé e Humberto foram aprovados no concurso público para o cargo de psicólogo da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e estavam debatendo sobre o dever de agir de acordo com a juridicidade no exercício das respectivas atribuições, o que deve ser compreendido como a necessidade de

- (A) respeitar estritamente as regras postas para a atuação administrativa, pois o princípio da legalidade se sobrepõe aos demais previstos no ordenamento.
- (B) atuar em consonância com o princípio da eficiência, a despeito de outros princípios consagrados no ordenamento para o exercício da função administrativa.
- (C) resguardar o princípio da segurança jurídica, que tem primazia sobre os demais princípios implícitos na Constituição no âmbito da atuação administrativa.
- (D) agir em consonância não só com a legalidade, mas também com os demais princípios do ordenamento, na medida em que a atuação administrativa se submete à lei e ao Direito.
- (E) impor o princípio da supremacia do interesse público, que deve prevalecer em relação aos demais princípios expressos na Constituição da República na atuação administrativa.



Noções de Direito Penal

1. FGV - 2024

No tocante às normas gerais do Direito Penal, analise as afirmações a seguir.

I. A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

II. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, mesmo que outro seja o momento do resultado.

III. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, não cessando, porém, em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

2. FGV - 2024

Segundo a vigente legislação, os crimes contra o patrimônio da União Federal ficam sujeitos à lei brasileira, ainda que cometidos no estrangeiro.

Essa norma é fundamentada no

- (A) Princípio da atividade.
- (B) Princípio de taxatividade.
- (C) Princípio da ultratividade.
- (D) Princípio da excepcionalidade.
- (E) Princípio da extraterritorialidade.

3. FGV - 2024

Manuel registrou ocorrência contra seu irmão, Joaquim, que reside com Maria, mãe de ambos. Na dinâmica descrita em sede policial, Manuel afirmou que tomou conhecimento de que Joaquim passou a exercer a administração das finanças de Maria. Aduziu que uma semana antes da celebração do aniversário de 60 anos da mãe, Joaquim compareceu ao cartório, juntamente com Maria, ocasião em que esta outorgou-lhe procuração com plenos poderes. De posse da procuração, no dia seguinte Joaquim compareceu à agência bancária e transferiu R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) da conta de Maria para sua conta pessoal.

Desta forma, é correto afirmar que Joaquim

- (A) deverá responder pelo crime previsto no Art. 155 do Código Penal.
- (B) deverá responder pelo crime previsto no Art. 168 do Código Penal.



Noções de Direito Processual Penal

1. FGV - 2024

Há uma década, foi editada lei que pretende resguardar as várias administrações contra atos que possam ser qualificados como “de corrupção”. Trata-se da Lei nº 12.846, de agosto de 2013, que objetiva proteger tanto administrações públicas nacionais quanto estrangeiras em face de atos praticados por pessoas jurídicas que atentem contra os seus respectivos patrimônios, ou que comprometam princípios, entre outras situações.

Sobre a legislação mencionada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sempre que a pessoa jurídica for responsabilizada, os seus dirigentes ou administradores o serão de forma objetiva.
- (B) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores.
- (C) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos previstos na mencionada lei.
- (D) A pessoa jurídica apenas poderá ser responsabilizada se houver a responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores.
- (E) Caso haja fusão ou incorporação da empresa, a responsabilidade da sucessora continuará ampla e gerará a responsabilidade direta dos seus dirigentes ou administradores objetivamente.

2. FGV - 2024

Após o devido processo legal, apurou-se que a sociedade empresária Magenta praticou conduta que caracteriza ato lesivo à Administração Pública.

Assim, a aplicação das sanções pertinentes, à luz do disposto da Lei nº 12.846/2013, deve levar em consideração

- (A) a gravidade da infração, a consumação ou não da infração, o efeito negativo por ela produzido, além do grau de instrução dos acionistas da pessoa jurídica, entre outros aspectos relevantes.
- (B) a gravidade da infração, a consumação ou não da infração, o grau de lesão ou perigo de lesão, a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, entre outros aspectos relevantes.
- (C) a gravidade da infração, a consumação ou não da infração, a vantagem auferida, independentemente daquela que foi pretendida pelo infrator, o efeito negativo produzido pela infração, entre outros aspectos relevantes;
- (D) a gravidade da infração, a consumação ou não da infração, a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações, o grau de lesão ou perigo de lesão, não podendo, contudo, ser considerado o valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade pública lesados, dentre outros aspectos relevantes.



1. FGV - 2024

“Devido à disputa entre as autoridades do Rio de Janeiro e de Vila Rica pela competência para julgar os sediciosos, a rainha, D. Maria I, determinou, através da Carta Régia de 17.07.1790, a composição de uma Alçada, na qual Desembargadores de Lisboa eram os responsáveis pelo julgamento. Após a oitava dos vinte e nove réus, seguiu-se o prazo de cinco dias para defesa.

Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte (na prática dez, porque Cláudio Manuel da Costa se “suicidara” no cárcere), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.”

(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob a supervisão do Superintendente, Desembargador Hélio Costa. Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, nº 187, p. 13-18, out./dez. 2008)

Sobre os sistemas processuais penais e os princípios do processo penal no âmbito do processo mencionado pelo texto (julgamento de Tiradentes), é correto afirmar que o sistema processual então vigente apresentava traços mais característicos do sistema

- (A) inquisitivo, e o princípio do juiz natural não foi observado, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (B) acusatório, e o princípio da ampla defesa não foi observado, o que se pode inferir do texto apresentado.
- (C) misto, e os princípios fundamentais do processo penal foram observados, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (D) inquisitivo, e não é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.
- (E) acusatório, e é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

2. FGV - 2024

A respeito do princípio da presunção de inocência, analise as afirmativas a seguir.

I. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral da matéria atinente à possibilidade de execução imediata de pena aplicada pelo Tribunal do Júri, ainda que a sentença condenatória proferida não tenha transitado em julgado.

II. Segundo assentado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a presunção de inocência impõe que a decretação de prisão cautelar se baseie em elementos concretos extraídos dos autos, não sendo possível a vedação de liberdade provisória ex lege.

III. Tendo em vista que os recursos especial e extraordinário não possuem efeito suspensivo, a pena imposta em acórdãos proferidos por tribunais de 2º grau pode ser executada imediatamente, desde que efetuada a detração da prisão cautelar anteriormente imposta.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.



1. FGV - 2024

Com a promulgação, no ano de 1988, da atual Constituição da República, o constituinte dedicou um título para dispor sobre os direitos e garantias fundamentais, disciplinando em seu artigo 5º e incisos, rol de direitos individuais e coletivos.

A esse respeito, avalie as afirmativas a seguir.

I. Os direitos fundamentais são normas cujo objetivo é promover a dignidade humana.

II. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, para sua aplicabilidade, precisam ser regulamentadas pelo Poder Executivo.

III. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

IV. A tortura será tolerada, na hipótese da defesa de bem jurídico relevante de outrem.

Estão corretas

(A) I, III e IV, apenas.

(B) I, II e III, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

2. FGV - 2023

Carlos, praticante de religião politeísta, é internado em hospital de orientação cristã e solicita assistência espiritual a ser conduzida por um líder religioso de sua crença.

Os parentes de Carlos, mesmo cientes de que a assistência solicitada se resumiria a uma discreta conversa, estão temerosos de que a presença do referido líder coloque em risco a permanência de Carlos no hospital, em virtude de representar uma vertente religiosa não aderente à fé adotada pela instituição hospitalar.

Os parentes de Carlos o procuram, como advogado(a), para conhecer os procedimentos adequados à situação narrada.

Você os informou que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o hospital

(A) pode negar a autorização para a assistência espiritual em religião diversa daquela preconizada pela instituição, embora não fosse o caso de Carlos perder a vaga.

(B) não pode negar o apoio espiritual solicitado, mesmo que a assistência seja prestada em bases religiosas diversas daquela oficialmente preconizada pelo hospital.

(C) somente está obrigado a autorizar a assistência religiosa caso já tivesse permitido que sacerdote de outra religião exercesse atividades religiosas em suas instalações.

(D) tem, como instituição privada, total autonomia para estabelecer regras para situações como esta, podendo permitir ou negar o pedido, de acordo com seu regulamento interno.